

Artigo

Gerencialismo Ambiental: Uma face da ambientalização corporativa analisada por meio de práticas ESG

Thiago Roniere Rebouças Tavares

Resumo

110

O objetivo deste trabalho é compreender em que medida as transformações das formas de funcionamento das políticas e tecnologias do *gerencialismo* produziram mudanças profundas no modo de relacionamento que setores corporativos e estatais possuem com a questão ambiental, bem como seus rebatimentos sócio-espaciais e econômicos. Aquilo que chamamos de gerencialismo ambiental se refere às estratégias e táticas, na contemporaneidade, de captura e subordinação das discussões e práticas sobre a natureza – e sua transfiguração – sob as intencionalidades do mercado, por meio de exercícios e técnicas escrupulosamente treinadas para seu controle e instrumentalização, ou, também, de seu escamoteamento. O gerencialismo ambiental trata da configuração que o modelo privado de gerenciar a empresa capitalista assume, ao incorporar a questão ambiental. Esta irá interferir e produzir formas políticas – bem como “políticas públicas” – de administração e comando, competentes e necessárias para a sua intromissão em um objeto tão amplo e diverso. Em nosso caso, vamos focar nas práticas anotadas na cartilha ESG de uma grande empresa siderúrgica. Para realização deste trabalho fizemos um levantamento bibliográfico sobre autores que estudaram formatos e artifícios gerenciais. Nosso levantamento incluiu publicações nacionais e internacionais, e por uma viabilidade operacional, considerou parte da literatura mais crítica sobre este fenômeno. Também nos debruçamos sobre relatórios e dados secundários produzidos por instituições públicas e privadas para compreender de forma qualitativa a aplicação e os rebatimentos da cartilha ESG, albergadas pela empresa Ternium Brasil e seus interesses.

Palavras-chave: ESG; Gerencialismo; Ambientalização; Gerencialismo Ambiental; Financeirização; Ternium.

Environmental Managerialism: A dimension of corporate environmentalization analyzed through ESG practices

Abstract

This study will examine to what extent the transformations in the functioning of managerial policies and technologies induce changes in the relationship between corporate and state sectors regarding environmental issues, as well as the social, spatial, and economic repercussions. Environmental managerialism discusses the strategies and tactics of capturing and subordinating discussions and practices about nature – and its transformations – to market intentions, through trained exercises and techniques for its control and instrumentalization, or also, its concealment. Environmental managerialism addresses the configuration that a private model of managing the capitalist enterprise takes when incorporating environmental issues. This will interfere with and produce political forms – as well as "public policies" – of administration and command, competent and necessary for its intrusion into such a broad and diverse object. The text will discuss the practices of the ESG guidelines of a large steel company. To achieve the objectives of the paper, we conducted a literature review on authors who studied managerial formats and devices. We covered national and international publications, considering part of the critical literature on this subject. We researched reports and secondary data produced by public and private institutions. We qualitatively understood the application and repercussions of the ESG guidelines implemented by the company Ternium Brasil.

111

Key words: ESG; Managerialism; Environmentalization; Environmental Managerialism; Financialization; Ternium.

Gestión Ambiental: Un aspecto de la ambientalización de corporativa analizada por las prácticas ESG

Resumen

El objetivo de este artículo es comprender hasta qué punto las transformaciones en el funcionamiento de las políticas y tecnologías gerenciales han producido cambios tan profundos en la forma en que los sectores corporativo y estatal se relacionan con las cuestiones ambientales, así como en sus repercusiones socioespaciales y económicas. Lo que denominamos gerencialismo ambiental se refiere a las estrategias y tácticas para capturar y subordinar las discusiones y prácticas sobre la naturaleza – y su transfiguración – a las intenciones del mercado, mediante ejercicios y técnicas cuidadosamente entrenadas para su control e instrumentalización, o incluso su ocultación. El gerencialismo ambiental aborda la configuración que asume un modelo privado de gestión de una empresa capitalista al incorporar la cuestión ambiental. Esto interferirá y producirá formas políticas – así como “políticas públicas” – de administración y

mando, competentes y necesarias para su injerencia en un objeto tan amplio y diverso. En nuestro caso, nos centraremos en las prácticas señaladas en el manual ESG de una gran empresa siderúrgica. Para llevar a cabo este trabajo, realizamos una revisión bibliográfica de autores que estudiaron los formatos y artificios de gestión. Nuestra encuesta incluyó publicaciones nacionales e internacionales y, para su viabilidad operativa, consideramos parte de la literatura más crítica sobre este fenómeno. También analizamos informes y datos secundarios elaborados por instituciones públicas y privadas para comprender cualitativamente la aplicación y las repercusiones de la guía ESG, gestionada por la empresa Ternium Brasil y sus intereses.

Palabras claves: ESG; Gerencialismo; Ambientalización; Gerencialismo Ambiental; Financiarización; Ternium.

Introdução

"Se a natureza fosse um banco, já teria sido salva."
Eduardo Galeano – *Os filhos dos dias* (2012)

Durante a realização de um Trabalho de Campo,¹ tive a oportunidade de visitar parte do setor produtivo, administrativo e portuário da usina siderúrgica Ternium Brasil, localizada nas margens da Baía de Sepetiba-RJ, extremo oeste carioca. Na ocasião, para fazer o traslado entre o setor produtivo e o porto, o ônibus percorreu aquela que é considerada a segunda maior ponte do Brasil, com 3,825 km de extensão, ficando atrás apenas da *Ponte Rio-Niterói*. A ponte da usina, em que toneladas de placas de aço semiacabadas são transportadas para os navios atracados no porto, está sob mais de 160 hectares de mangue² geridos pela empresa. O consultor ambiental da siderúrgica que nos guiava, neste momento do trajeto, ao apontar para cercas de arame cortadas que podiam ser observadas, dispara: *fazemos de tudo pra proteger o mangue, mas os moradores insistem em entrar para coletar madeira aqui dentro.*³

¹ Trabalho realizado em 12 de setembro de 2019, juntamente com alunos do curso de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e uma professora da Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos de Goytacazes).

² Correspondente a mais de 224 campos de futebol.

³ Entrevista realizada com consultor ambiental, que terá sua identidade mantida em anonimato.

A fala do consultor é apenas mais uma das frases tão comuns entre os representantes corporativos, que ilustram como este setor lida com aquilo que se alberga sobre a “área ambiental”, o “meio-ambiente”⁴, etc. Noções que se estabelecem sem constrangimentos e se tornam tão banais, que a inversão de papéis, entre uma empresa reconhecidamente poluidora e moradores afetados por seus danos, passa a ser assimilada, não somente sem questionamentos, mas sem perceber seus interesses, origens, e maiores rebatimentos. Termos presentes na frase, como “proteção” – do mangue –, bem como tantos outros, a exemplo de *conservação, sustentabilidade ambiental, combinados com planejamento, gestão, administração...* podem nos ajudar a compreender toda uma imbricação entre certas concepções de correntes ambientalistas, suas propostas, abordagens e modelos de gerenciar a “natureza”.

O objetivo deste trabalho é compreender em que medida as transformações das formas de funcionamento das políticas e tecnologias do *gerencialismo* produziram mudanças tão profundas no modo de relacionamento que setores corporativos e estatais possuem com a questão ambiental, bem como seus rebatimentos sócio-espaciais e econômicos. Para isso, chamamos de *gerencialismo ambiental* as estratégias e táticas visando a instrumentalização da natureza, por diferentes caminhos, na contemporaneidade. Em nosso caso, vamos focar nas práticas anotadas na cartilha ESG de uma grande empresa siderúrgica, sobretudo nas atividades voltadas para construção das relações entre usina e comunidade, sob o ponto de vista da empresa, e de sua perspectiva educaci-

⁴ Para ilustrar os rebatimentos possíveis do uso de alguns destes termos, corroboramos com Souza (2019; 2020; 2022) ao apresentar seus usos limitantes, como é o caso do “meio-ambiente”, por exemplo. Segundo este autor: “O que é, todavia, o *ambiente*? Se o entendermos como “meio ambiente”, o esvaziaremos de seu conteúdo social. Isso porque, na tradição semântica das línguas neolatinas ibéricas, o “meio ambiente” (e seus equivalentes em castelhano, catalão e galego) é usualmente tomado como sinônimo de “ambiente natural” (o *natural environment* dos anglófonos). Em outras palavras, a sociedade é vista como algo exterior ao ambiente (ao passo que o ambiente, de sua parte, é encarado como algo que meramente “envolve” a sociedade); na melhor das hipóteses, a sociedade é tida como um fator entre outros, um abstrato “fator antrópico” – sem que se enxerguem contradições sociais, assimetrias estruturais, classes e frações de classe, clivagens raciais e de gênero, e por aí vai. Claro está que essa acepção, lamentavelmente hegemônica, é demasiado restritiva. Para contornar essa leitura mutiladora, há quem anteponha o prefixo “socio” ao adjetivo “ambiental” em algumas circunstâncias (impactos “socioambientais”, conflitos “socioambientais” etc.). Não chega a ser uma aberração, pois se compreende a louvável intenção; o resultado, porém, não deixa de ser o de incorrer em uma redundância. O remédio empregado é um paliativo que, ao fim e ao cabo, contribui para o agravamento da doença” (Souza, 2022, p.3).

onal. A empresa, objeto de análise, é a mesma que ilustra a abertura deste texto, na ocasião do trabalho de campo. Acerca deste objeto de estudo, também nos debruçaremos sobre as estratégias de financeirização que ocorrem simultaneamente à “preocupação” por parte do setor corporativo com a “sustentabilidade”.

Partimos da hipótese que algo têm mudado na forma de relacionamento entre os empreendimentos e os sujeitos coletivos afetados por seus impactos. A mudança, nos parece, ocorre pelos termos definidos pela empresa privada. Mas não é algo tão simplório. É algo com raízes históricas e que se desenvolve com objetivo de anular as críticas, interditar o debate e desmobilizar conflitos, pelo acionamento de ferramentas que antecipem contestações, resignificando entendimentos sobre o *ambiente*, por exemplo.

Lançamos mão do uso de termos não tão comuns, e que soam estranhos quando associados à discussão ambiental. Não sabemos se, talvez por um “esquecimento acadêmico”, por uma “prisão disciplinar”, ser ofuscado por outras categorias consagradas, ou outro motivo que seja, o *gerencialismo* é um termo não utilizado para estudar a questão que nos propomos, tratada como uma das faces da *ambientalização do setor corporativo*, sobretudo na ciência geográfica. Como poderá ser visto, empregamos ele para tratar de técnicas e de uma ideologia que parecem convir bem à *sustentabilidade* dos negócios, sobretudo pela aplicação da agenda ESG. Tragtenberg (2005[1980]), tocando na construção histórica e no desenvolvimento daquilo que ficou conhecido como *management*, já alertava que seus procedimentos e fins passavam pelo escamoteamento de conflitos, justificadas pela neutralidade das técnicas de gerir as empresas. Caminharemos por este trajeto de forma sucinta, para alcançar os objetivos de nosso trabalho.

Para realização deste texto fizemos um levantamento bibliográfico sobre autores que estudaram formatos e artifícios gerenciais. Neste processo, observamos uma menor quantidade de trabalhos voltados a concatenar este assunto com a questão ambiental, bem como o papel estratégico exercido por seus instrumentos e técnicas. Nosso levantamento incluiu publicações nacionais e internacionais, e por uma viabilidade operacional, considerou parte da literatura mais crítica sobre este fenômeno. Para fugir de algu-

mas fragilidades que nossa temática poderia nos proporcionar, também nos debruçamos sobre relatórios e dados secundários produzidos por instituições públicas e privadas para compreender de forma qualitativa a aplicação e os rebatimentos da cartilha ESG, albergadas pela empresa Ternium Brasil e seus interesses.

Estruturamos nosso texto em três seções. Na primeira, intitulada *Gerencialismo Ambiental: uma proposta “de cima” para atuar sobre a crise ambiental*, apresentamos a definição de Gerencialismo Ambiental, bem como o caminho percorrido para chegar nessa categoria. A segunda seção, sob o título *ESG: salvando o capitalismo do capitalismo*, apresenta as origens e objetivos da ESG, enfatizando alguns dos seus principais agentes, seus apelos, interesses, e entendimento sobre a sustentabilidade. Na terceira seção, nomeada por *ESG: a medianeira do gerencialismo ambiental praticado pela Ternium Brasil*, destacamos o papel da empresa, que é nosso objeto de análise, para fundamentar as hipóteses do trabalho. Logo após, apresentamos nossas considerações finais, com subtítulo de *O greenwashing do capitalismo*.

1. Gerencialismo Ambiental: Uma proposta “de cima” para atuar sobre a crise ambiental

Aquilo que estamos chamando de *gerencialismo ambiental* não é somente mais um termo, tal qual outros utilizados desde os anos 1970, quando o debate ambiental é inserido com mais ênfase em espaços institucionais, ou mesmo outra expressão tão presentemente observada no senso comum, à semelhança de “proteção ambiental”, “desenvolvimento sustentável”, “ambientalmente sustentável”, entre outras. Suas origens podem ser circunscritas ao que foi denominada de *ambientalização corporativa*, vista como fruto de um processo histórico em que os grupos empresariais demonstram maior “preocupação” com as questões ambientais, desde a eficiência produtiva, de marca e legitimidade no mercado e na sociedade, bem como a criação de selos de qualidade, entre

outras normatizações que legitimam a empresa privada (Leite Lopes, 2004; Acselrad, 2010). Não obstante, outras ações e elementos dessa ambientalização podem ser notadas atualizando esse processo.

Inscrita no meio empresarial, mas não se restringindo a ele, o gerencialismo ambiental se refere às estratégias e táticas de captura e subordinação das discussões e práticas sobre a natureza – e sua transfiguração – sob as intencionalidades do mercado, por meio de exercícios e técnicas escrupulosamente treinadas para seu controle e instrumentalização, ou, também, de seu escamoteamento. O gerencialismo ambiental trata da configuração que o modelo privado de gerenciar a empresa capitalista assume, ao incorporar a questão ambiental. Esta irá interferir e produzir formas políticas – bem como “políticas públicas” – de administração e comando, competentes e necessárias para a sua intromissão em um objeto tão amplo e diverso.

Esse “envolvimento ambiental” se dá, sobretudo, pelo entendimento que esta questão pode ser geradora de conflitos suficientemente fortes e intensos para prejudicar seus negócios – empreendimentos, comércios e finanças – mas não somente por isso. Esta questão também pode ser vista como potencialmente capaz de produzir retornos econômicos desde que “bem gerenciada”; para isso, a inversão do lugar que empreendimentos ocupariam na sociedade deveriam ser modificados, por exemplo, de poluidores para protagonistas na defesa de causas (sócio)ambientais, por meio de projetos que comprovassem sua coexistência harmônica com comunidades direta e indiretamente afetadas, mediante iniciativas devotadas e benevolentes, auxiliadas por um forte apelo publicitário.

O gerencialismo ambiental é um esforço para nomear a inclusão de temas que versam sobre a *natureza no gerencialismo*.⁵ Esta é uma categoria mais abrangente, com diferentes definições e formatos gerenciais que partem do setor administrativo da empresa

⁵ A origem do termo “gerencialismo” é datada de 1940, presente no livro *The Managerial Revolution*, de autoria do filósofo estadunidense James Burnham. Assim como foi sua trajetória filosófica, passando do marxismo de base trotskista, de quem foi grande amigo, para intelectual da direita estadunidense, liderando o movimento conservador americano, em seu livro, Burnham assume as críticas de Marx ao capitalismo, mas discorda ao pensar o modelo de sociedade que a substituiria. No lugar do socialismo, Burnham defende uma sociedade gerencialista.

privada, mas que adentram na administração pública, podendo ser identificado, em alguns casos, um hibridismo no que diz respeito a criação, organização e condução de monitoramentos, bem como ao fazimento de legislações.

A inserção do modelo gerencialista da empresa privada na esfera estatal é destacada por diferentes autores. Segundo Klikauer (2013), a origem desse ingresso pode ser ilustrada pela seguinte fórmula: *Gestão + Ideologia + Expansão = Gerencialismo*. A ideologia nessa elaboração cumpre o papel de escamotear seu conteúdo de classe, por meio do entendimento difuso sobre as origens, as formas, e do exercício de administrar. Já a expansão seria o “impulso necessário para expandir as técnicas gerenciais muito além dos domínios das organizações gerenciais, disseminando o gerencialismo para as esferas econômica, social, cultural e política mais amplas” (Chauvière and Mick, 2013, p.139, apud Klikauer, 2013, p. 3).⁶

Contudo, antes de apresentar melhor algumas marcações históricas e alguns dos rebatimentos do gerencialismo, vale alertar para distinção do que poderia equivocadamente ser chamada de *gestão*, e que, em nosso caso, poderia ser confundindo com a *gestão ambiental*. *Gestão* é um conceito que Souza (2001 [2011]) ao diferenciá-lo da noção de *planejamento*⁷, indica que o significado de *gerir* é “[...] administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas” (p. 46). O autor continua nos informando que esta administração se refere ao tempo “[...] do presente com a ajuda da vontade e da criatividade e, também, em face dos condicionamentos herdados do passado” (p. 54). Densamente discutida em seu livro *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos, gestão e planejamento*, para o autor, não seriam necessariamente expressões vinculadas a único mo-

⁶ No original: “Its third ingredient is its drive to expand managerial techniques far beyond the realms of managerial organizations, spreading managerialism into the wider economic, social, cultural, and political sphere” (Chauvière; Mick, 2013, p. 139, apud Klikauer, 2013, p. 3).

⁷ Souza apresenta a definição de *Planejamento* enquanto algo que remete ao futuro. Em suas palavras, planejar “significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios” (Souza (2001[2011], p. 46).

delo de regime social. Com essa ressalva, vale esclarecer que a *gestão* que nosso corte analítico se debruça, e se diferencia do gerencialismo, diz respeito a *gerência* da empresa privada.

Em busca de nomear o *choque* (Klein, 2008) que provocou diferentes transformações culturais e políticas observadas inicialmente na ditadura chilena de Pinochet nos anos de 1970, mas que depois se efetiva na Grã-Bretanha de Margaret Thatcher e nos EUA por Reagan, alguns autores denominaram de *Estado gerencial* a influência da teoria gerencialista sobre os Estados nacionais. Nos termos delimitados e fundamentados por Newman *et al.*,

Falamos a respeito de um estado *gerencial* porque queríamos localizar o gerencialismo como uma formação cultural e um conjunto distinto de ideologias e práticas que formavam um dos sustentáculos do novo acordo político que vimos emergindo. O período thatcheriano, sustentado por uma mistura instável de ideologia neoconservadora e teoria econômica hayekiana, pode ser encarado como uma resposta ao que era comumente compreendido como uma crise econômica e política: a combinação de recessão econômica e exaustão de um governo trabalhista prévio. Esta combinação era vista como desmantelando o acordo político-econômico anterior entre capital e trabalho que tinha sido institucionalizado no estado de bem-estar keynesiano (Newman *et al.*, 2012, p. 355)

Este Estado gerencial, que possui como algumas de suas finalidades aumentar a poder do setor privado sobre a administração pública, desde o *lobby* sobre projetos, a influência sobre políticos e a criação de leis, a redução ou fim do pagamento de impostos pelo setor privado, entre outras ingerências, foram caracterizadas por muitos autores como aspectos do regime neoliberal. No caso do Estado brasileiro, embora possa haver contestações, um marco é a reforma promovida pelo economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, que no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso – período entre 1995 a 2003 –, promoveu a modernização da máquina pública por meio da transformação do modelo administrativo, calcado sobre a justificativa de tornar o estado mais enxuto, competitivo e eficiente.

As transformações na administração estatal neste período foram também chamadas de “Nova Gestão Pública”⁸, e tratavam de mudar a rotina do serviço público a partir de uma nova cultura organizacional, em que os cidadãos seriam tratados enquanto clientes, tal qual empresas privadas tratam seus consumidores. A justificativa para aplicação desta forma de gerir parte do entendimento que o foco da administração deve girar em torno dos resultados obtidos por meio de uma série de procedimentos. A referência seria a noção difundida no meio administrativo sob o termo *accountability* (Souza, 2016).

Tais procedimentos estão difundidos em nosso cotidiano e podem ser observados em diferentes esferas de “relacionamento”, como a avaliação de atendimentos no setor privado, realizados em lojas, farmácias, mas também em repartições públicas, efetivados na classificação da assistência prestada pelos servidores, com objetivo de mensurar a satisfação dos usuários (Souza, 2016). Na atualidade, diferentes instrumentos são categorizados sob o rótulo de inovadores, quando servem para o aprimoramento do desempenho da empresa, que podem ir desde as chamadas *plataformas colaborativas*, até da chamada *economia comportamental* (behavioral economics) e suas práticas.

Para tratar a relação entre gerencialismo e neoliberalismo, Misoczky (2017) parte da definição de que o gerencialismo se constitui enquanto uma racionalidade que “justifica e propõe a reprodução da lógica de mercado em todas as dimensões da vida associada, operando como uma matriz teórico-ideológica subsidiária do neoliberalismo, com uma função organizadora das práticas sob a égide do mercado” (p. 187).

A interpretação de Misoczky, que coloca o gerencialismo como um tipo de extensão do neoliberalismo não é algo pacífico entre pesquisadores da área. Ao contrário disso, tensões interpretativas podem ser vistas, sobretudo pelo entendimento do que é o neoliberalismo, do que se ocupa, e como isso o diferenciaria do gerencialismo. Klikauer (2013), por exemplo, vai compreender o gerencialismo enquanto um programa com objetivos definidos, voltados à transferência da sua ideologia – reacionária – desenvolvida na empresa privada para a sociedade como um todo. Este processo, segundo seus ter-

⁸ Conhecida internacionalmente como *New Public Management* (NPM).

mos, se daria pela colonização de instituições sociais, pois seu objetivo final é promover a gestão do capitalismo e da sociedade à sua imagem, guiadas por técnicas de gestão. Em sua avaliação, o neoliberalismo trataria da economia e da política; o gerencialismo, de sua parte, estaria ocupado principalmente das corporações e sua gestão e da função de ambas dentro do que seria chamado de *capitalismo gerencial*. Estas diferenças estariam acentuadas no que diz respeito também à democracia,

Em suma, o neoliberalismo trata da democracia, enquanto para o gerencialismo o extermínio da democracia não passa de um efeito colateral – embora bem-vindo. Dentro do projeto neoliberalista, a democracia e a política permanecem importantes. Dentro do gerencialismo, não há democracia nem política. Para o gerencialismo, não há soluções democráticas para os problemas, apenas soluções gerenciais. Da mesma forma, o gerencialismo não se refere à *volonté générale* do povo de Rousseau, mas a uma abordagem de engenharia gerencial para problemas sociais que foram convertidos em tecnicismos (Klikauer, 2013, p. 5).⁹

As afirmações de que o regime gerencial não é democrático são perceptíveis caso olhemos para os espaços de gestão corporativa. Mas até que ponto é possível pensar o regime neoliberal como democrático?

Traçando uma *genealogia do liberalismo autoritário*, Chamayou (2021) apresenta as mutações e influências que o neoliberalismo assumirá, enquanto racionalidade que vai além dos elementos econômicos. Seu foco inicial parte da atuação dos gestores do capital para contenção das agudas revoltas localizadas nos anos 1970, presentes em um quadro de rebeldia e indisciplina disseminada em diversos ambientes, sobretudo no mundo do trabalho. Esse contexto possibilitou ao autor evidenciar as articulações existentes entre autoritarismo e liberalismo por meio de todo arsenal movido pelas classes “de cima” para conter o que era entendido como ingovernabilidade.

⁹ No original: “In sum, neo-liberalism is about democracy while for managerialism the extermination of democracy is no more than an – albeit welcomed – side effect. Inside the neo-liberalist project, democracy and politics remain important. Inside managerialism, no democracy and no politics exist. For managerialism, there are no democratic solutions to problems, only managerial ones. Equally, managerialism is not about Rousseau’s *volonté générale* of the people but about a managerial-engineering approach to societal problems that have been converted into technicalities.” (Klikauer, 2013, p. 5)

As reflexões de Chamayou sobre as estratégias e todo expediente tático empregado para contenção dos conflitos compõem parte de um campo de debate constituído por autores que têm se debruçado a discutir o neoliberalismo e seus desdobramentos sociais. Com base em Foucault (2008), e sua famosa obra, *Nascimento da Biopolítica* (2008), sobretudo a partir das discussões que envolvem a *arte de governar – neoliberal* –, autores como Dardot e Laval (2014), elaboram interrogações, e possíveis caminhos analíticos, sobre como mesmo após retrocessos políticos e sociais, entre outras consequências de proporções devastadoras, conduzidas por políticas neoliberais, “essas mesmas políticas vem se desenvolvendo e se aprofundando, sem encontrar resistências suficientemente substanciais para coloca-las em xeque” (Dardot et al., 2014, p. 14).

Entre as chaves analíticas foucaultianas utilizadas tanto por Chamayou (2021) quanto Dardot e Laval (2014), a *governamentalidade*, conformada por um conjunto de técnicas e instrumentos de Estado, foi inserida “precisamente para significar as múltiplas formas dessa atividade pela qual homens, que podem ou não pertencer a um governo, buscam conduzir a conduta de outros homens, isto é, governá-los” (Dardot et al., 2014, p. 14). Tocante ao entendimento das formas de condução que o neoliberalismo tem efetivado para tratar das crises de nível global que o capital apresenta, ambos os autores não tem se dedicado a investigar profundamente uma de suas dimensões, que poderíamos resumir como a *gerência das crises*, fora de aspectos subjetivos de uma racionalidade que se constitui historicamente, como é o caso de Dardot e Laval, e ambientais, tal com Chamayou.

Luc Boltanski e Eve Chiapello (2009) se encontram próximos desta discussão, ao refletirem e denominarem de “novo espírito do capitalismo” o novo quadro ideológico que proporcionou transformações no capitalismo. Um quadro que tem entre suas características, a *recuperação* de algumas concepções e críticas anticapitalistas, resignificando estas de diferentes formas, em alguns momentos pelo marketing, em outros via projetos, etc. No entanto, essa recuperação, é alvo de crítica pelo próprio Chamayou (2021) quando fala que Boltanski e Chiapello acertam ao insistirem na capacidade do ca-

pitalismo de absorver e recuperar seus críticos, mas se equivocam ao compreenderem esta aptidão como um processo de mão única. Assim, o autor nos diz que

É preciso apontar igualmente a capacidade dos contestatários de retomar, eles também, para melhor ou para pior, os discursos de legitimação do capitalismo a fim de regurgitá-los em seguida sob uma forma modificada. ‘O entusiasmo das empresas pela RSE [responsabilidade social empresarial]’, constatado desde os anos 2000, foi, segundo a hipótese de Chiapello, o signo ‘da entrada do capitalismo em um novo ciclo de recuperação de sua crítica que leva a sério a crítica ecológica’ (Chiapello 2009). Mas, nesse ciclo de recuperação, esse é apenas o último episódio de uma longa série. Longe de ser recente, o discurso sobre responsabilidade social aparece nos Estados Unidos no começo do século XX como uma ideologia gerencial (Chamayou, 2021, p. 144).¹⁰

A partir do diálogo entre estes autores, notamos como o gerencialismo pode ser um caminho que ajuda no desenho do quadro das mudanças do capitalismo. Mas para isso, é necessário que ele seja fruto de investigações que explicitem alguns pontos, nem sempre enfatizados nas pesquisas, vide sua correspondência se endereçar à gerência das crises, desde sua antecipação, sobretudo, pela condição estrutural que assumem. Isso não significa que estaríamos tratando de algo que poderia ser chamado de *gerencialidade*, como se fosse completamente filiada ou incorporada à *governamentalidade* foucaultiana, embora possa ser um caminho teórico-metodológico. No entanto, acreditamos estar tratando de questões sistêmicas do ponto de vista que escapam, em alguma medida, da abordagem da própria governamentalidade focada na austeridade e na gestão dos indivíduos. O gerencialismo parte da concepção de que, contemporaneamente, diferentes crises estariam estabelecidas, e que, de uma forma ou de outra, o papel do dos

¹⁰ No original: We also need to point out the ability of protesters to adopt, for better or worse, capitalism’s discourses of legitimation so as to regurgitate them in a modified form. ‘Business’s passion for CSR’ that was noted from the early 2000s onwards was, as Chiapello surmises, the sign that capitalism ‘had entered a new cycle of recuperation of criticism of it, one that takes ecological criticism seriously’ (Chiapello, 2009). But, in this cycle of recuperation, this is only the latest in a longer series. Far from being recent, the discourse on social responsibility appeared in the United States in the early twentieth century as a managerial ideology (Chamayou, 2021, p. 144).

agentes do capital é interditar quaisquer contestações por meio de suas técnicas de gestão.

Entre as formas de promover o impedimento às contestações, o gerencialismo se ampara sob a sutileza dos discursos apresentados como isentos, e reforçam a imparcialidade na condução de seus procedimentos. Tragtenberg (2005[1980]), ilustra bem quando analisa o pensamento dos ideólogos do gerencialismo, expressando como “[...] é muito importante que o controle atue de forma neutra e tecnocrática, coordenando os vários grupos, desenvolvendo uma política pública. Em última análise, o grupo de controle desenvolveria um tipo de racionalidade que incluiria as determinações socioeconômicas” (p. 13).

No caso do gerencialismo ambiental, esta elaboração se desenvolve conforme o contexto marcado pela chamada crise ambiental – usualmente associada diretamente a um dos seus aspectos, denominada de crise climática, ou mudança climática –, e pode ser compreendido pela escala global de seu alcance. Deste modo, nos parece que ao passo que a recorrência de catástrofes, desastres, entre outros fenômenos causadores de efeitos extensamente devastadores têm ocorrido de forma mais constante, os meios para “enfrentar” estes eventos e seus efeitos têm se desenvolvido, às vezes, de modo a anteceder e bloquear certas críticas. Com objetivo de alcançar estas afirmações, nos debruçaremos sobre o exame das práticas de controle e interdição mediante a gestão da crise ambiental, conhecidas como ESG, na próxima seção de nosso trabalho.

2. ESG: salvando o capitalismo do capitalismo

A sigla ESG tem sido cada vez mais observada nas propagandas de corporações internacionais e nacionais de grande e médio porte, dos mais diferentes setores. Ela pode ser vista desde o setor minerário e sua cadeia siderúrgica, como em empresas do agronegócio, no ramo de exploração de gás e petróleo, em bancos públicos e privados, e até

mesmo em setores da mídia. A sigla tem se disseminado de forma rápida nos últimos anos, e tem como referências de sua difusão a crise financeira de 2008, marcada pela falência do banco de investimentos *Lehman Brothers*, e o contexto da pandemia de covid-19, no ano de 2020.

ESG é o acrônimo de *Environmental, Social and Governance*¹¹, e o suas origens estão assinaladas pela divulgação de um documento produzido pelo *Banco Mundial* e pelo *Pacto Global*, lançado em 2004, sob o título de *Who Cares Wins*, que poderia ser traduzido livremente como “Quem se importa vence”. Esta publicação surge do “desafio” realizado pelo então secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, sobre como integrar o mercado de capitais que eles geriam, com fatores ambientais, de governança e sociais aos 50 CEOs – *Chief Executive Officers* – das maiores instituições financeiras do mundo. A proposta, resumida no título bem sugestivo, teve poucos interessados inicialmente. Entre 2004 e 2020, pouco se ouviu falar de ESG. A proposta que relacionava diretamente três importantes dimensões, tão comumente vistas enquanto pontos de contestação em inúmeros casos, como é o caso da questão *ambiental, social e o modelo de governança* das empresas, começa a receber mais atenção quando o setor financeiro entra em campo e pressiona pela sua inserção na política das empresas.

Uma das iniciativas marcantes deste processo advém da maior gestora de ativos do mundo, a companhia de fundos *BlackRock*. O papel desempenhado pela *BlackRock* não foi trivial, visto que sua enorme influência repousava na administração de mais de 10 trilhões de dólares no ano de 2020¹², e que serviram como meio de pressionar as empresas localizadas na bolsa valores a rever suas práticas. Isso significa dizer que o fundo

¹¹ Não existe no Brasil outra sigla ou tradução para a ESG. A tradução ao pé da letra para o português de ESG significa, respectivamente Ambiental, Social e Governança. Esta tem sido utilizada por agentes corporativos do setor privado e público, sem nenhum tipo de transposição para outro idioma, situação que pode ser notada em outros países. Uma hipótese é que isso se deve a um dos seus principais objetivos, que é inserir a questão ambiental no mercado financeiro, o que, necessariamente, seria facilitada pela padronização da sigla e seu reconhecimento em diferentes lugares.

¹² Na avaliação do 4º Trimestre, em 2024, a *BlackRock* atingiu o recorde de US\$11,6 Trilhões em Ativos sob sua Gestão. Registrando uma alta de 21% em seu lucro, com a receita de comissões impulsionada por mercados de ações (FORBES, 2025. Mais informações podem ser acessadas em: Leia mais em: <<https://forbes.com.br/forbes-money/2025/01/blackrock-atinge-recorde-de-us116-trilhoes-em-ativos-sob-gestao-no-4o-tri>>.

BlackRock, a partir daquele contexto, informava que aplicaria seus investimentos somente nas empresas que seguissem a estratégia das “boas práticas” orientadas pelo documento lançado pelo Banco Mundial e pelo Pacto Global.

Contudo, o ingresso e influência do setor financeiro sobre o comportamento das empresas já tinha sido aventado quando um de seus executivos vazou informações internas da BlackRock, presentes na publicação intitulada *The Secret Diary of a Sustainable Investor*. Dividida em quatro partes, esta publicação produzida por Tariq Fancy informa sobre seus anseios em trabalhar na empresa, mas retrata principalmente suas decepções quando analisava o que se dizia e o que se praticava. Especificamente sobre a ESG, Tariq Fancy informa que por meio de seu principal executivo, Larry Fink, a BlackRock protagonizou o que seria a *salvação do capitalismo pelo próprio capitalismo*. Em diferentes momentos a companhia lançava memorandos avaliando como “[...] os governos estão falhando em se preparar para o futuro [...] a sociedade está cada vez mais se voltando para o setor privado e pedindo que as empresas respondam a desafios sociais mais amplos” (Fancy, 2021, p. 37).

Não existem dúvidas que diferentes agentes do capital, em tempos atrás, já tivessem políticas voltadas para atender questões sociais, ambientais, educativas, entre outras. A diferença é que, com certo tipo de influência e constrangimento – quem sabe o melhor fosse ameaça e coerção –, as empresas foram “convidadas” a modificar suas condutas frente a questões sensíveis que alcançavam uma escala sistêmica. Isso não é pouco, visto que o setor que impulsiona esse processo representa o capital financeiro, composto não somente pelos fundos de pensão, mas também pelos bancos, companhias de seguro, corporações e seus acionistas etc., representando o modelo de acumulação em sua forma mais avançada.

O ingresso do setor financeiro, deste modo, passa intermediada pelo gerencialismo daquilo que seriam consideradas as “boas práticas” corporativas. Estas “boas práticas” não estão restritas à questão ambiental, mas também comandam as dimensões *social* e de *governança*, presentes na sigla ESG. Entretanto, vale notar que nos espaços de

publicidade, como sites e jornais, igualmente influenciados pelo mercado financeiro, a ESG se encontra abrigada, quando não muito, nas abas de sustentabilidade, meio ambiente etc., evidenciando que o relevo temático com maior ênfase parece estar situado na questão ambiental.¹³

A sustentabilidade, nestes termos corporativos, como nos mostra Leff (2023), parte da necessidade de internalizar as bases ecológicas, por meio de expressões voluntaristas, representantes da vontade de poder em sustentar o processo econômico “[...] sem mais restrições que a ‘quantidade de ecologia’ que pudesse assimilar o capital sem contrariar seu processo expansivo. Assim, quando se corrompeu o conceito crítico de sustentabilidade que emergiu da crise ambiental, foi criada a ‘economia verde’” (p. 22).

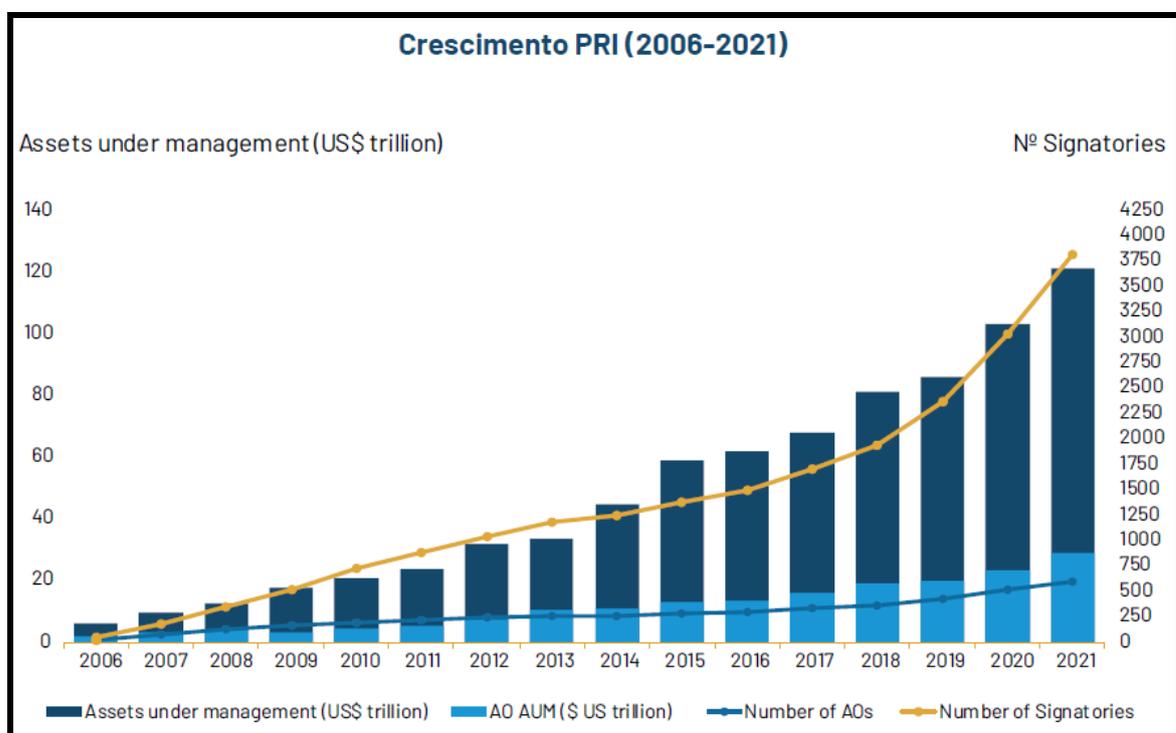
A prática da “economia verde” vem sendo uma das chaves de captura da sustentabilidade pelo setor financeiro, e que pode ser observada na transformação de bens naturais em ativos por meio de mecanismos do mercado capitalista. Gerenciado pela forma ESG aplicada nas empresas, o mercado de carbono, entre outros exemplos, talvez seja uma das propostas mais noticiadas enquanto solução que associa a manutenção do modelo econômico com a diminuição dos “riscos ambientais” e a eficiência de seu uso.

Essa captura da sustentabilidade pelo setor financeiro também abre margem para outras observações sobre o comportamento e os caminhos trilhados pelas empresas que aderem à proposta de gerenciamento pelo modelo ESG. Deste processo, algumas dinâmicas podem ser observadas nos informando que não são apenas os bens naturais controlados pelas empresas que são transformados em ativos no mercado financeiro, mas a

¹³ O que torna a situação bem interessante é que, em 2023, em sua carta anual lançada aos CEOs, Larry Fink, informa que irá deixar de usar a sigla ESG, alegando que a mesma ficou muito politizada no ambiente corporativo estadunidense. Contudo, ele diz ele afirma que não usar a sigla, não significa deixar de defender os princípios da ESG e o seu modelo de capitalismo stakeholder (Forbes, 2013). O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) realizou uma pesquisa com empresas participantes associadas, sobre o uso da sigla ESG, e seus resultados indicaram que “[...] a maioria segue adotando a sigla. As que preferem um caminho mais neutro, usam termos como *Sustentabilidade* ou *Impactos* em suas comunicações sobre as Agendas ESG. Porém, cabe ressaltar que nenhum dos participantes da nossa pesquisa online apontou como negativo o uso da sigla ESG. Em relação à adoção do termo em inglês ou em português (ASG), o mais comum é a adoção da sigla ESG, seguindo um parâmetro internacional, o que gera mais familiaridade com o mercado, com investidores, com a academia e com a sociedade como um todo, ainda que comunicações de massa tragam o termo sustentabilidade mais fortemente para apelo local (CEBDS, 2023, p. 33).

própria empresa em si, gerando o que seria a “sustentabilidade dos negócios”, verificada no aumento de adesões à proposta. Um desdobramento disso é que, com mais empresas envolvidas com este modelo – e sua difusão –, mais ativos ambientais são geridos pelo mercado financeiro. Em outras palavras, a adesão e a propaganda das práticas ESG no meio corporativo promovem a maior valorização da empresa enquanto ativos, bem como aumenta o controle destes pelo mercado de ações (ver **Gráfico 1**).

Gráfico 1 – Crescimento PRI 2006-2021.



Fonte: Principles for Responsible Investment-PRI, 2024. Adaptado pelo autor, 2025.

O gráfico 1 apresenta não somente um crescente número de empresas que aderiram às práticas ESG, mas também o total de US\$120 trilhões em ativos alocados gerados por estas. Mundialmente, estes investidores são orientados por uma instituição chamada de *Principles for Responsible Investment* (PRI) – Princípios para o Investimento Responsável – que se arroga como o principal defensor mundial do investimento responsável. Sua missão parte da crença de que, globalmente, um sistema financeiro “economicamente

eficiente e sustentável é essencial para a criação de valor a longo prazo. Tal sistema recompensará o investimento responsável e de longo prazo e beneficiará o meio ambiente e a sociedade como um todo” (PRI, 2024, p. 1).¹⁴ Ainda mais, com seu foco na ESG, ele informa aos investidores a necessidade de compreenderem as implicações dos investimentos ambientais, sociais e de governança, e se dispõem a dar suporte à rede internacional de signatários destes valores. Para isso, os investidores seguiriam os seguintes princípios:

- Princípio 1: Incorporaremos questões ESG na análise de investimentos e nos processos de tomada de decisão.
- Princípio 2: Seremos proprietários ativos e incorporaremos questões ESG em nossas políticas e práticas de propriedade.
- Princípio 3: Buscaremos divulgação adequada sobre questões ESG pelas entidades nas quais investimos.
- Princípio 4: Promoveremos a aceitação e a implementação dos Princípios no setor de investimentos.
- Princípio 5: Trabalharemos juntos para aumentar nossa eficácia na implementação dos Princípios.
- Princípio 6: Cada um de nós reportará suas atividades e progresso em direção à implementação dos Princípios (PRI, 2025, p. 1).¹⁵

É sob estes termos que a sustentabilidade que engloba a ESG se remeterá à permanência à existência das empresas no mundo dos negócios. Entre os mantras difundidos por meio de documentos publicados no Brasil, como é o caso da *Evolução da ESG no Brasil*, o mesmo é categórico ao afirmar que a “ESG não é uma evolução da sustentabilidade empresarial, mas sim a própria sustentabilidade empresarial (...)” (Rede Brasil do

¹⁴ No original: “We believe that an economically efficient, sustainable global financial system is a necessity for long-term value creation. Such a system will reward long-term, responsible investment and benefit the environment and society as a whole.” (PRI, 2025, p.1)

¹⁵ No original: “Principle 1: We will incorporate ESG issues into investment analysis and decision-making processes. Principle 2: We will be active owners and incorporate ESG issues into our ownership policies and practices; Principle 3: We will seek appropriate disclosure on ESG issues by the entities in which we invest; Principle 4: We will promote acceptance and implementation of the Principles within the investment industry; Principle 5: We will work together to enhance our effectiveness in implementing the Principles; Principle 6: We will each report on our activities and progress towards implementing the Principle.” (PRI, 2025, p. 1)

Pacto Global *et al.*, 2021, p. 3). Somente a BlackRock, em 2022, possuía ações de 30 das 89 empresas do Ibovespa, entre elas Vale, Petrobras, Natura, Itaú, Cemig e Gerdau (CEBDS, 2023). Neste caso, o que podemos observar é que o próprio conceito de sustentabilidade, tão associado à questão ambiental, cada vez mais passa a ser perseguido e empregue pelas empresas, diante de um competitivo, mas, sobretudo, cenário de crise ambiental anunciada. Na próxima seção nos debruçaremos sobre algumas das práticas ESG utilizadas pela empresa Ternium Brasil.

3. ESG: Medianeira do gerencialismo ambiental praticado pela Ternium Brasil

Foram muitas as pesquisas realizadas com objetivos de entender os desdobramentos que a instalação de um grande equipamento siderúrgico poderia gerar na periferia carioca. A Ternium Brasil, nome da antiga empresa chamada THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO – CSA, mas também conhecida pelo nome fantasia TKCSA, inicia sua instalação no bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro-RJ (**Mapa 1**), no ano de 2005 e, desde então, diferentes estudos e escopos analíticos se debruçaram sobre os fenômenos promovidos por esta empresa. Estudos sobre os “atributos” territoriais para operações sidero-logísticas presentes na cidade do Rio de Janeiro (Santos, 2010), investigações sobre os instrumentos extrajudiciais, como o caso dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC), aplicados enquanto solução dos impactos ocorridos (Viegas *et al.*, 2014; 2017), análises sobre os conflitos ambientais desde a perspectiva dos próprios moradores, pescadores e jovens (Silva, 2021), pesquisas sobre as injustiças ambientais por meio da contaminação contínua do ar e das águas (Tavares, 2022; 2019), até pesquisas sobre a percepção de riscos ambientais e à saúde de moradores (Carvalho, 2024).¹⁶

¹⁶ A TKCSA foi anunciada como o maior investimento privado no Brasil das últimas décadas, recebendo aplicações financeiras da ordem de US\$ 8,2 bilhões. Inicialmente formada pela companhia alemã ThyssenKrupp Steel, detentora de 73% das ações, e pela Vale, que a partir de 2009 ampliou sua participação para quase 27% do projeto, a

Mas a chegada da usina siderúrgica no bairro de Santa Cruz não promoveu contestações somente por meio de pesquisas. Movimentos sociais, ativistas ambientais, organizações não governamentais e diferentes atores coletivos estiveram mobilizados – com altos e baixos organizativos – nos últimos 20 anos, para denunciar os diversos efeitos nocivos que a empresa produz(ia) no bairro (PACS, 2012; PACS, FIOCRUZ, REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS – JNT, 2017).

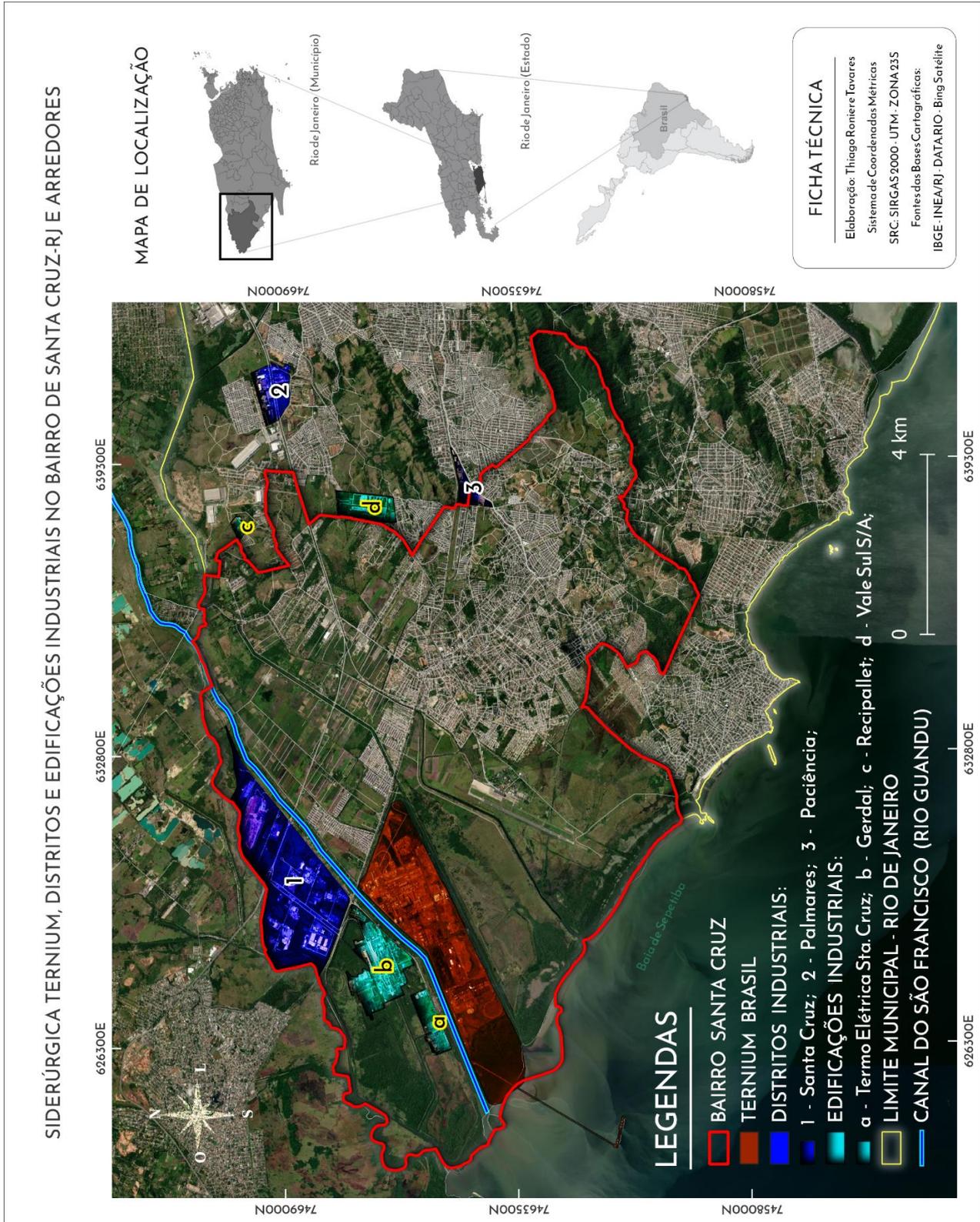
Contudo, os diferentes prejuízos ambientais analisados cientificamente e os protestos e mobilizações sociais não foram suficientes para construir uma contraposição que impedisse o funcionamento da empresa, muito menos que ela mudasse as formas de operar no bairro. O exame sobre as práticas empresarias de controle sócio-espacial é um debate espinhoso e abre margem para caminhos explicativos distintos, mas que não podem ser vistos, necessariamente, como divergentes. A nosso ver, estas práticas corporativas de controle, que podem ocorrer mediante a instrumentalização de temas ambientais, por meio da sua resignificação ou mesmo pelo escamoteamento de problemáticas ocorridas nos territórios que operam, não tem recebido a dedicação merecida. Este processo, exercido pelas práticas ESG em Santa Cruz, obtém maiores investimentos à proporção que menos atenção é dada pelo meio acadêmico e do ativismo ambiental.

A captura e apagamento dos problemas ambientais realizados pela Ternium Brasil ocorrem intermediados por suas ações comunitárias. Estas envolvem projetos volta-

TKCSA atuou como uma *joint venture* e iniciou suas atividades industriais em 2010, com plano de se transformar na maior siderúrgica da América Latina. No hiato de seis anos, sob a gestão da ThyssenKrupp Steel e da Vale (2010 a 2016), a siderúrgica funcionou sem licença, e além dos diversos impactos ambientais negativos intrínsecos às atividades siderúrgicas – sobretudo nos ecossistemas ainda presentes na Baía de Sepetiba, como o manguezal e a Mata Atlântica –, foram identificados problemas de saúde na população advindos de sua exposição a materiais particulados tóxicos emitidos na atmosfera (FIOCRUZ, 2011; 2014). Vale destacar que somente no dia 28 de setembro de 2016 foi concedido à empresa, pela Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, o termo que licenciou ambientalmente suas operações. Decisão controversa, sob o ponto de vista de organizações políticas, movimentos sociais e instituições públicas, como o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Este mesmo proferiu sentença proibindo que a referida reunião do CECA pudesse deliberar e conceder Licença de Operação à siderúrgica sem um novo relatório que avaliasse os problemas causados ao bem-estar da população de Santa Cruz decorrentes do impacto ambiental negativo do empreendimento. No entanto, essa decisão foi revertida pela própria Juíza Natascha Maculan Adum Dazzi, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), decidindo que a CECA poderia conceder a licença ambiental para usina siderúrgica. A empresa recebeu a licença e rapidamente foi vendida para o grupo Ternium (Tavares, 2022).

dos para arte e cultura, educação e lazer, entre outros. Escolinhas de futebol e basquete, aulas de ballet, reforço escolar, bolsas de estudo, são iniciativas que tergiversam os prejuízos ambientais da empresa no bairro. Estas atividades que aparentam construir aproximações entre a empresa e as questões ambientais, na verdade servem para seu distanciamento dos problemas que envolvem este assunto.

Mapa 1 - Localização da Usina siderúrgica Ternium Brasil no bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro-RJ, distritos e outras edificações industriais em seus arredores.



Fonte: IBGE, INEA/RJ. Elaboração: Tavares (2022).

Entre as áreas que recebem maiores investimentos, a educação, tratada pela empresa como a principal “estratégia de relações com a comunidade da Ternium” é quem mais possui projetos e a maior parte do orçamento. Nas unidades produtivas da Ternium localizadas no Brasil, Argentina, Colômbia e México, foram destinados 6,6 milhões em 2019, R\$ 11,1 milhões em 2020, R\$ 17,3 milhões em 2021, R\$ 21,2 milhões em 2022 e R\$ 19,2 milhões em 2023 (Ternium, 2023). Este volume crescente de investimentos possui uma pequena redução entre 2022 e 2023, o que não deixa de ser um valor considerável. Dos 19,2 milhões alocados em 2023, 16,0 milhões foram voltados diretamente para educação (Ternium, 2023).

As bolsas de estudo ofertadas pela empresa acompanham este aumento. No ano de 2019 foram ofertadas 1,079 bolsas, em 2020 1,133, em 2021 foram 1,183, em 2022, 1,188, e em 2023 foram 1,413. Estas bolsas fazem parte do *Programa Gen Técnico Roberto Rocca*, e segundo a empresa, ela apoia estas iniciativas, bem como as escolas técnicas públicas, visando “preencher a lacuna entre a educação de jovens graduados e os requisitos da indústria. A empresa oferece capacitação em competências da Indústria 4.0, facilita estágios e projetos e moderniza equipamentos e infraestrutura escolares (Ternium, 2023, p. 91)”.

No bairro de Santa Cruz está prevista a inauguração da Escola Técnica Roberto Rocca (ver **Imagem 1**) no ano de 2025. Os valores investidos alcançam a cifra de R\$ 210 milhões, e tem como objetivo se tornar um polo educacional na região, aumentando ainda mais a quantidade de pessoas envolvidas com alguns dos seus projetos, que giram em torno de oito mil pessoas diretamente, e trinta mil indiretamente (Ternium, 2019).

Com um total de 576 vagas destinadas às formações técnicas de Mecatrônica e Eletromecânica, a aula inaugural que estava prevista para o início do ano letivo de 2025, não ocorreu. Os alunos terão algum percentual de bolsa que será definida por critérios socioeconômicos. A escola também será um polo educacional, com oferta de capacitação para profissionais da educação da região. Com investimento de R\$ 210 milhões, a escola

integra a rede de Escolas Técnicas Roberto Rocca, e é a terceira do Grupo Techint¹⁷, do qual a Ternium faz parte.

Imagem 1 – Propaganda da empresa no lançamento da pedra fundamental da construção da escola técnica, com o presidente da empresa, o governador do Rio de Janeiro e crianças envolvidas em projetos educacionais do bairro de Santa Cruz.



Fonte: Ternium (2022).

A construção da imagem da empresa como benevolente, por meio da concessão de bolsas, edificação de escolas nos territórios que atuam, inclusive informando que pre-

¹⁷ Grupo Techint é um conglomerado de empresas com sede em Milão, na Itália, e em Buenos Aires, Argentina. Seu fundador é o italiano Agostino Rocca. É composta, além da Ternium, pela Tenaris, Techint ingeniería y construcción, Tenova, Tecpetrol e a Exiros.

enche “uma lacuna do setor público”, faz parte de sua estratégia de gerenciar os “riscos sociais” (Pinto, 2019) possíveis no bairro. Aqui, estamos falando também de um tipo de investida que não necessariamente se expressa pela repressão, perseguição direta, ou ação violenta, mas de formas sofisticadas de interdição das críticas mediante a realização de atividades comunitárias que visem antecipar futuras *crises na relação da empresa com os sujeitos coletivos do bairro*.

Esta antecipação parte do planejamento gerencial astucioso que aborde as questões sociais, ambientais, entre outros temas potencializadores de críticas, por meio de algum tipo de diálogo com a comunidade, em que a comunicação se dá sob seus termos – neste caso, sob sua gerência. Segundo Chamayou (2021) esta é uma forma eficaz, já presente na história, dos empresários em responder a algo que pudesse alimentar qualquer tipo “fogo ativista”. Um *gerenciamento de crise*, que pode ser entendido como “uma *política da verdade*, que procura influenciar tanto a formulação das crises como o estabelecimento dos fatos (...) um tipo de abordagem (...), que não visa somente esconder a realidade, mas produzi-la”, arriscando recorrer a ‘ataques epistêmicos’ massivos” (Chamayou, 2021, p. 209).¹⁸

Esta prática gerencial ainda assume um caráter de prevenção, por meio da vigilância, que, segundo Chamayou (2021), obriga as empresas a

(...) se dotarem de capacidade de vigilância estratégica que lhes permitam identificar os problemas emergentes e seguir sua “trajetória”, com vistas a intervir no momento certo. A esse respeito, a regra de ouro é a seguinte: Quando se trata de questões que ameaçam a sobrevivência e o crescimento de uma empresa, jamais se deve permitir que elas atinjam a etapa crítica. No plano organizacional, as tarefas de gerenciamento de crise devem ser confiadas aos responsáveis pelo planejamento estratégico, mais que a encarregados de relações públicas (p. 209).¹⁹

¹⁸ No original: “(...) a *politics of truth* that seeks to influence the formulation of problems as much as the establishment of the facts. A kind of approach, in Peter Ludlow’s analysis, which is not just about ‘hiding the reality, but producing it’, even if this means resorting to massive ‘epistemic attacks’” (Chamayou, 2021, p. 209).

¹⁹ No original: “Large companies were also advised to acquire strategic intelligence capabilities allowing them to identify emerging problems and follow their ‘trajectory’ so as to intervene at the right moment. In this respect, the golden rule was the following: ‘issues that *threaten* a corporation’s survival and growth are never allowed to reach

É comum nas empresas o cargo criado para direcionar certos funcionários a trabalharem, direta e indiretamente, com as relações entre empreendimentos e comunidades. No entanto, estes funcionários exercem um papel executivo, já previsto por toda uma lógica de gerenciamento estudada e bem treinada, com experiência inclusive de derrotas em causas ambientais. Geógrafos, sociólogos, antropólogos, por exemplo, são profissionais que representam campos do conhecimento bem requisitados para esta função.

Entre as inúmeras atividades comandadas por este gerencialismo, em seu exercício de *antecipação, vigilância e “produção dos fatos”*, estão a elaboração de relatórios que versam sobre as atividades – positivas – da empresa. Em seus *relatórios de sustentabilidade* lançados anualmente, são apresentadas iniciativas sob as práticas ESG desenvolvidas pela Ternium Brasil. Entre as iniciativas que ilustram suas ações, cita-se a substituição parcial do carvão mineral por carvão vegetal nas operações do Brasil, criação da *Rota da Descarbonização*, voltada a atender o previsto pelo *Acordo de Paris* naquilo que diz respeito à emissão de poluentes, etc. Iniciativas que proporcionaram à usina siderúrgica ser agraciada pelo sétimo ano seguido com o prêmio *Campeões da Sustentabilidade pela Worldsteel em 2025*. Honraria concedida às empresas que demonstram um compromisso sólido e ações concretas em prol do desenvolvimento sustentável na indústria do aço (Ternium, 2025).

Por outro lado, de acordo com os dados do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (PACS, 2022) somente a Ternium Brasil promoveu metade das emissões de gases que acentuam o efeito estufa no Rio de Janeiro, no ano de 2017. Com o valor de 11,63 Milhões de toneladas de CO₂e (MtCO₂e) lançados pela empresa, a cidade toda registrou 20,56 MtCO₂e conforme monitoramento divulgado pela própria prefeitura (PACS, 2022 apud Tavares, 2022).

O “*estabelecimento dos fatos*” por meio de relatórios, premiações e ações nos territórios que opera, produz uma realidade bem distinta do que pode ser constatado nas

crisis stage’. On the organizational level, the problem-managing tasks should be left to the strategic planners rather than the public relations officers” (Chamayou, 2021, p. 209).

iniciativas não vinculadas à empresa, como é o caso dos dados produzidos pelo Fórum supracitado. A neutralidade e a eficiência técnica, presentes enquanto discurso e método para criação desta realidade – própria – pela/da empresa, escamoteiam seus interesses financeiros, travestidos de bondade, crescimento inclusivo, defesa da natureza...

Nestes termos, percebemos como a teoria gerencialista, e sua face ambiental, faz com que as empresas se aproximem e incorporem a temática ambiental para se distanciar das acusações e críticas sobre as problemáticas por elas causadas. Mas a crítica não é somente interdita, a eficiência no gerenciamento dos empreendimentos, acompanhados pela cartilha ESG, é uma das facetas da financeirização da natureza, pois viabiliza as empresas se inserirem no mercado de ações e investimentos verdes.

Considerações finais: O *greenwashing* do capitalismo

No cenário de mudanças ambientais, em que a recorrência de eventos extremos vem aumentando, o setor corporativo tem desenvolvido diferentes formas para atuar sobre alguns dos condicionantes para a vida no planeta, e essa atuação pode ser vista nas práticas ESG. Contudo, com o aumento da escala de alcance dos efeitos gerados pela elevação da temperatura do planeta, em virtude da emissão permanente de gases de efeito estufa, produzidos por essas mesmas corporações, outros tipos de impactos poderão também ser notados. Migrações, secas, inundações, escassez de alimentos etc. são alguns dos exemplos previstos.

No cenário crítico, o setor corporativo precisará se preparar para dar respostas não somente no *calor da hora* – um péssimo trocadilho para o cenário de alterações climáticas – mas antes das contestações mais fortes. Na atualidade, parece-nos que isso já está sendo ventilado, sendo chamado de “Natureza Positiva”.

Segundo o caderno da CEBDS (2024) “o conceito de ‘Natureza Positiva’ surgiu de uma crescente conscientização sobre a redução global da biodiversidade e a alarmante

perda da natureza, além do impacto que isso pode ter sobre a raça humana” (p. 14). Obviamente, essa não é uma pauta nova, mas o hasteamento dessa bandeira pode indicar um novo foco, assim como outras ações com objetivo de capturar e manter o controle sobre questões ambientais sensíveis e determinantes para a vida no planeta.

A cartilha ESG possui validade? É possível que sim, pois, a despeito de toda ambientalização social, nada impede que o avanço de governos autoritários se traduza na desconsideração de qualquer pauta ambiental. Ademais, novos questionamentos sobre a ESG devem ser realizados desde o ponto de contestar seus interesses, já claramente identificados com o setor financeiro, mas, também, daquilo que está além do que se vê.

O gerencialismo ambiental que apresentamos neste texto buscou chamar atenção para a carência de reflexões e para dificuldades em se estudar o mundo corporativo, para além dos estudos sobre a responsabilidade social corporativa e as práticas ESG (Tavares, 2023). Há muitas questões em aberto: *até que ponto a desmobilização social é proporcional ao aumento da incorporação da agenda ambiental pelas instituições públicas e privadas?*; *a cartilha ESG é apenas mais um modelo de greenwashing do mercado financeiro?*; *estamos saindo de um capitalismo stakeholder e ingressando em um capitalismo gerencial?*; *quem gerencia o gerencialismo?* Esperamos que novos estudos encontrem caminhos que ajudem a responder às questões, previamente às antecipações corporativas.

Agradecimentos

Agradeço ao meu supervisor de pós-doutorado, Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza. Agradeço a Rafael Zilio e Mateus Viana Junior pela leitura atenta e contribuições na primeira versão do texto. Agradeço também às companheiras que ajudaram na coordenação do dossiê *Ambientalismos corporativos: Captura, instrumentalização e controle sócio-espacial*, Raquel Giffoni Pinto e Maíra Sertã Mansur.

Referências

- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – O caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, nº 68, 2010.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia, Estado social e reforma gerencial. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, nº 1, pp. 112-116, 2010.
- CARVALHO, Vinicius Rezende. **O sofrimento que o “progresso” traz**: Contaminação ambiental e enfermidades referidas nos arredores da siderúrgica Ternium Brasil, em Santa Cruz (Rio de Janeiro). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
- CHAMAYOU, Grégoire. **The ungovernable society**: A genealogy of authoritarian liberalism Medford: Polity Press, 2021.
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS. **Caderno de comunicação da agenda ESG com o mercado e investidores**, 2023. Disponível em: <<https://cebds.org/publicacoes/caderno-de-comunicacao-da-agenda-esg-com-o-mercado-e-investidores>>. Acesso em 13/02/2024.
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS. **Biodiversidade e negócios**: Boas práticas empresariais brasileiras rumo à natureza positiva. Disponível em: <<https://cebds.org/publicacoes/biodiversidade-e-negocios-boas-praticas-empresariais-brasileiras-rumo-a-natureza-positiva/>>. Acesso em 13/02/2024.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANCY, Tariq. The Secret Diary of a “sustainable Investor”. Part 1. 20 de agosto de 2021. In: **Medium**. 2021. Disponível em: <<https://medium.com/@sosofancy/the-secret-diary-of-a-sustainable-investor-part-1-70b6987fa139>>. Acesso em 27/01/2023.
- GALEANO, Eduardo. **Os filhos dos dias**. Porto Alegre: L&PM pocket, 2012.

- INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS. **Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA: Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro**. 3.ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro, 2012.
- INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS. **Mudanças climáticas e siderúrgicas**. Rio de Janeiro, 2022.
- INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS. REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS – JNT; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. **Vigilância Popular em Saúde e Ambiente em áreas próximas de Complexos Siderúrgicos**. Rio de Janeiro, 2017.
- KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: A ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KLIKAUER, Thomas. What is managerialism? **Critical Sociology**, v. 41, nº 7, pp. 1103-119, 2013.
- LEFF, Enrique. Libertando a sustentabilidade da vida. In: LEFF, Enrique. **Ecologia Política**. Unicamp. 2023, pp. 17-35.
- LEITE LOPES, J. S. (Coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane, SILVA, Gláucia (Org.). **A ambientalização dos conflitos sociais: Participação e controle público da poluição industrial**. Rio: Relume Dumará, 2004. (com a participação de Beatriz Heredia, Leandro Piquet Carneiro, Silvia Borges Correia, Myriam Mousinho F. Gomes e Ricardo Rosendo).
- MISOCZKY, Maria; ABDALA, Paulo Ricardo Zilio; DAMBORIARENA, Luiza. A trajetória ininterrupta da reforma do aparelho de Estado no Brasil: Continuidades nos marcos do neoliberalismo e do gerencialismo. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 9, nº 3, pp. 184-193, 2017.
- NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, nº 2, pp. 353-381, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/D9rWCZq8yqtBmtCTQSCjnPk/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 12/03/2025.
- PINTO, Raquel Giffoni. **Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019.

Principles for Responsible Investment (PRI). In: **UNEP Finance Initiative and United Nations Global Compact**, 2024. Disponível em: <<https://www.unpri.org/about-us/about-the-pri>>. Acesso em 03/02/2025.

REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. Nações Unidas. **A evolução do ESG no Brasil**. Stilingue. 2021.

SILVA, Flávio da Rocha Pires da. **Faces de um conflito ambiental**: Uma etnografia das performances e simbolismos na crítica aos megaempreendimentos Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais. 2021.

SOUZA, José dos Santos. O que é gerencialismo? **Blog do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS)**. Disponível em: <https://trabalhopoliticaesociedade.blogspot.com/2016/10/o-que-e-gerencialismo.html#:~:text=Jos%C3%A9%20dos%20Santos%20Souza*&text=O%20termo%20%E2%80%9CGerencia-lismo%E2%80%9D%20tem%20sido,ingl%C3%AAs%20%E2%80%9CNew%20Public%20Management%E2%80%9D>. Acesso em 02/03/2025.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios**: Uma introdução à Ecologia Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Articulando ambiente, território e lugar: A luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teoria geográficas. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, nº 1, pp. 16, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. AMBIENTE. **GEOgraphia**, v. 24, nº 53, 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011 (2001).

TAVARES, Thiago Roniere Rebouças. **Sufrimento ambiental por contaminação do ar e da água nos arredores da siderúrgica Ternium, às margens da Baía de Sepetiba (Rio de Janeiro)**: Um estudo sobre injustiça ambiental. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

TAVARES, Thiago Roniere Rebouças. Examinando a injustiça ambiental a partir da contaminação do ar e de inundações nos arredores da Companhia Siderúrgica do Atlântico/Ternium, às margens da Baía de Sepetiba (Rio de Janeiro). **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, nº 2, pp. 211-251, 2019.

- TAVARES, Thiago Roniere Rebouças. Da responsabilidade social corporativa ao ESG: As práticas espaciais da siderúrgica Ternium para ocultação do sofrimento ambiental em Santa Cruz-RJ. **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77969>>. Acesso em 10/12/2023.
- TERNIUM BRASIL. ESG: Environmental, social and Governance: Ajudando nossas comunidades a prosperar. In: **Relatório de Sustentabilidade 2023**. Disponível em: <<https://br.ternium.com/pt/esg>>. Acesso em 04/01/2025.
- TERNIUM BRASIL. Worldsteel reconhece Ternium pelo compromisso com o desenvolvimento sustentável. **Ternium Brasil Notícias**, 2025. Disponível em: <<https://br.ternium.com/pt/novidades/noticias/worldsteel--08414418225>>. Acesso 12/04/2025.
- TERNIUM BRASIL. **Ternium anuncia plano de investimento ambiental de US\$ 500 milhões**. Rio de Janeiro, 04 de março de 2021. Disponível em: <<https://br.ternium.com/pt/novidades/noticias/ternium-anuncia-plano-de-investimento-ambiental-de--01942950721>>. Acesso em 16/05/2021.
- TRAGTENBERG, Mauricio. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: EDUSP, 3.ed., 2005.
- VIÉGAS, Rodrigo Nuñez; PINTO, Raquel Giffoni; GARZON, Luis Fernando Novoa. **Negociação e acordo ambiental: O termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. 2014.
- VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. **Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e o licenciamento ambiental: Um estudo de caso do processo de licenciamento da siderúrgica ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), no município do Rio de Janeiro, Brasil**. In: GTo6 Conflitos e desastres ambientais: violação de direitos, resistência e produção do conhecimento. 41º Encontro Anual da ANPOCS, MG- outubro de 2017.

Thiago Roniere Rebouças Tavares é professor do Departamento de Geografia Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/Campus Maracanã) e pós-doutorando Júnior do convênio CNPq-FAPERJ na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **E-mail:** thiagoroniere@gmail.com

Artigo enviado em 08/03/2025 e aprovado em 10/06/2025.